

1. Informações Gerais

Data: 25/06/2019	Horário: 14h às 17h	Local: Sala V303 – Ed. Sede - TSE
<p>Participantes:</p> <p>Sr. Carl Olav Smith – Secretário Adjunto da Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica – CNJ; Sr. Mário Guerreiro – Juiz Auxiliar – STF; Sr. Ricardo Fioreze – Juiz Auxiliar – TSE; Sra. Fabiana Andrade Gomes e Silva – Diretora do Departamento de Gestão Estratégica – CNJ; Sra. Elaine Nóbrega Borges – Coordenadora de Planejamento Estratégico – STJ; Sra. Claudete Iara R. Grossi – Secretária de Estratégia e Governança – CJF; Sr. Márcio Cruz – Assessor-Chefe da Assessoria de Gestão Estratégica – TST; Sra. Renata Freire Camargo – Coordenadora Substituta de Gestão Estratégica – CSJT; Sra. Julianna Sant'ana Sesconetto – Assessora de Gestão Estratégica – TSE; Sr. Daniel Correa – Assessor de Gestão Estratégica – TSE; Sra. Sônia Kill Camps - Assessora de Gestão Estratégica – TSE; Sra. Raíssa Fernandes Marinho – Assessora de Gestão Estratégica – STM; Sr. Magnus Henrique de Medeiros – Assessor de Gestão Estratégica, Governança e Estatística – TRF5; Sr. Firmo Ferreira Neto – Juiz Auxiliar – TRT- 5; Sra. Regina Rufino – Assessora-Chefe de Planejamento Estratégico e Eleições – TRE-SP; Sr. Juiz Clovis Santinon – Juiz Militar – TJM-SP; Sra. Carmen Giadans Corbillon – Diretora de Planejamento Estratégico – TJSP (videoconferência); Sra. Fernanda Gonçalves Bezerra – Subsecretária de Orientação Estratégica – TJDFT; Sra. Juíza Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi - Juíza Auxiliar da Presidência – TJTO; Sr. Caio Mário Franco Netto da Costa – Gestor do Planejamento Estratégico – TJRS (videoconferência); Sra. Michele Vieira de Oliveira – Servidora – TJRJ (videoconferência); e Sr. Pedro Lúcio Silva Vivas – Secretário de Planejamento e Orçamento – TJBA (videoconferência).</p> <p>Equipe técnica DGE</p> <p>Sra. Gabriela Teixeira da Cunha Lobo – Chefe da Divisão de Gestão Estratégica do Poder Judiciário/DGE; Sr. Marcos Vinícius Silva Campos – Chefe da Seção de Planejamento Estratégico do Poder Judiciário; Sra. Natascha Barreto de Almeida Rangel – Servidora da Seção de Planejamento Estratégico do Poder Judiciário; Sr. Pedro Farage Assunção – Chefe da Seção de Monitoramento e Avaliação da Estratégia; Sra. Fernanda Fleury Brandão – Servidora da Seção de Monitoramento e Avaliação da Estratégia; Sr. Francisco Fidalgo Romero – Servidor do gabinete do Departamento de Gestão Estratégica; e Sra. Thaislana Marina Lima dos Santos – Assistente do gabinete do Departamento de Gestão Estratégica.</p>		

2. Objetivos da reunião

- Elaboração de propostas sobre a Visão do Poder Judiciário e seus atributos de valor;
- Apresentação pelo CNJ do resultado restante do diagnóstico da Estratégia Nacional; e
- Debate a respeito dos Macrodesafios para serem aprovados na 2ª Reunião Preparatória.

3. Apresentação e principais pontos debatidos

O Secretário Adjunto da Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica (SEP) do CNJ, Juiz Auxiliar Dr. Carl Olav Smith, cumprimentou e agradeceu a presença dos participantes e explicou o objetivo da 2ª Reunião do Comitê Gestor Nacional – que visa dar continuidade ao processo de formulação do próximo ciclo da Estratégia Nacional (2021-2026), citou os pontos a serem abordados na reunião e passou a palavra aos participantes para apresentarem suas propostas de Visão para o Poder Judiciário.

Abaixo, seguem, resumidamente, as considerações dos representantes dos tribunais e conselhos acerca da Visão do Poder Judiciário e seus respectivos Atributos de Valor:

- A representante do Conselho de Justiça Federal (CJF), apresentou a seguinte proposta de Visão, em nome da justiça federal: Ser reconhecido pela sociedade como instrumento efetivo de justiça, equidade e paz social, com segurança jurídica;
- O Tribunal Superior do Trabalho (TST) apresentou a seguinte proposta de Visão: Reduzir até 2026 em pelo menos 50% do acervo atual;
- A representante do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), por meio de videoconferência, também apresentou a proposta do tribunal sobre a Visão: Ser um judiciário acessível, ágil e eficiente. Apresentou também os valores: eficiência, comprometimento e transparência;
- O Superior Tribunal de Justiça (STJ) afirmou que a equipe do tribunal estudou uma pesquisa feita pelo World Justice Project, que mede a percepção da população sobre a efetividade da Justiça e constatou que o Brasil se encontra

sustentabilidade (ao invés de socioambiental), simplicidade, humanização, cooperação e democracia;

- O Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO) propôs a Visão a seguir: Ser um Judiciário acessível, ágil e efetivo. O tribunal sugeriu, também, a utilização do IPCjus como indicador para mensurar a Visão. Os valores sugeridos foram: comprometimento, transparência e eficiência; e
- O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul sugeriu a Visão a seguir: Conquistar a confiança da sociedade na sua justiça.

Em seguida, o Secretário Adjunto da SEP, Dr. Carl salientou a importância de definir-se o tipo de Visão que se pretende buscar, uma vez que os tribunais superiores apresentaram propostas mais mensuráveis, enquanto os tribunais de justiça propuseram algo mais tradicional, na linha do que o CNJ vem fazendo. Assim, o Dr. Carl abriu para discussão entre os participantes de qual seria o tipo de proposta a ser considerada, se seria algo mais mensurável ou uma Visão mais tradicional, tal qual a atual.

Em resposta ao questionamento feito pelo Secretário Adjunto, o representante do TST corroborou com a permanência de Visão mais tradicional, assim como está a atual, uma vez que a maioria dos membros do Comitê opinaram nesse sentido

A representante do STJ salientou que os indicadores dos objetivos e Macrodesafios seriam capazes de mensurar metas progressivas que podem vir a ser estipuladas.

Dr. Carl concordou e afirmou que essa seria uma solução intermediária, em que se adotaria uma Visão tradicional, mas firmando o compromisso de, ao trabalhar-se os Macrodesafios e objetivos, haver a preocupação com a mensuração e com o caminho a ser seguido para atingir-se a Visão.

A Justiça do Trabalho concordou em manter a Visão da forma como havia sendo trabalhada e detalhá-la por meio dos Macrodesafios, metas e caso haja possibilidade, realizar uma pesquisa de satisfação com a sociedade que traga aspectos para a Visão de forma mais objetiva. Salientou que pode haver risco de mudanças de critérios em se utilizar pesquisas realizadas por instituições externas ao Judiciário.

Dr. Carl concordou com a ponderação trazida pelo CSJT quanto à incerteza sobre a manutenção dos critérios de mensuração até o ano de 2026, mas sugeriu a adoção de uma saída intermediária: estruturar uma pesquisa que seja oferecida por cada

segmento nos seus respectivos públicos-alvos e o CNJ criaria algum índice/indicador de confiança do cidadão para realizar medições periódicas.

O Secretário Adjunto da SEP abordou novamente a proposta de adoção de uma Visão mais próxima da atual, porém com compromisso de analisar-se tudo o que decorre da Visão em aspectos mensuráveis.

Dessa forma, seria criado um Macrodesafio no sentido de incrementar a confiança da população no Judiciário e, dentro desse desafio, haveria um indicador que englobaria uma pesquisa padronizada feita com a sociedade, realizada por cada segmento de justiça. Tal pesquisa seria feita de perguntas inerentes a todos os segmentos, relacionada com a própria qualidade da justiça, montada em conjunto com os tribunais.

Assim, o Comitê Gestor Nacional concluiu pela elaboração de uma visão simplificada, mais próxima da tradicional. Com relação ao aspecto da confiança, decidiu-se que será trabalhado em um Macrodesafio, com a submissão de questionário padrão a todos os segmentos de justiça. Quanto aos valores, deliberou-se que o CNJ irá consolidar as propostas apresentadas durante a reunião e que os tribunais deveriam enviar, posteriormente, suas propostas por e-mail ao CNJ.

4. Apresentação do Resultado do Diagnóstico da Estratégia Nacional

A Diretora do Departamento de Gestão Estratégica do CNJ, Fabiana Andrade Gomes e Silva, destacou que nesta segunda reunião seriam abordados os aspectos relativos à execução e ao monitoramento da estratégia, para posteriormente refletir-se a respeito de quais seriam os temas dos Macrodesafios para o próximo sexênio.

Sendo assim, a Diretora do DGE iniciou a apresentação do restante do Diagnóstico da Estratégia Nacional, apresentando a parte de execução da estratégia e do monitoramento realizado.

Apresentou, ainda, as principais dificuldades que os tribunais tiveram em alinhar-se aos Macrodesafios, que foram, de acordo com a Diretora, mais dificuldades de operacionalizar iniciativas, criar projetos e a construção de indicadores do que o próprio alinhamento em si.

A seguir, Fabiana Gomes apresentou os aspectos considerados positivos e negativos dos Macrodesafios, do processo de formulação e da política das Metas Nacionais

- O Dr. Carl salientou que, ao se trabalhar com planejamento estratégico, traduzir Macrodesafios ou metas que sejam levadas a enfrentar Macrodesafios também passa pelo convencimento da alta gestão de cada tribunal. O Secretário Adjunto da SEP explicou que só será possível levar uma meta para unidade judiciária quando a Alta Gestão perceber a gestão como sendo do tribunal e não um projeto pessoal. Para tanto, o Dr. Carl propôs, antes do planejamento do próximo sexênio, a implantação de uma campanha de conscientização da gestão quanto à importância do planejamento estratégico, não só o atual, mas de toda a linha sucessória e assim por diante. Salientou ainda, a importância de que tal campanha publicitária retrate o planejamento estratégico não como uma criação do CNJ ou das assessorias de planejamento estratégico dos tribunais, mas como algo realmente relevante para o aprimoramento do Judiciário como um todo;
- Sugeriram que, nas reuniões preparatórias, os representantes dos tribunais não fossem convidados apenas para discutir as metas, como também para debater a Estratégia Nacional do Poder Judiciário;
- Sugeriram a reedição da Resolução CNJ n. 95/2009, que dispõe sobre a transição dos cargos de direção nos Órgãos do Poder Judiciário, em dois aspectos: que a resolução fosse capaz de condicionar as candidaturas para eleição de presidente ou mesa diretora à apresentação de um plano diretório alinhado ao planejamento estratégico; e que o CNJ enviasse preposto para cada tribunal, durante a transição dos cargos de direção, de modo a demonstrar a importância do planejamento estratégico e de se ter um plano de gestão;
- Salientaram a importância da existência de um plano de comunicação que convença os magistrados da importância do planejamento estratégico;
- Propuseram a revisão da Resolução CNJ n. 95/2009 no sentido de que ao menos um juiz assessor administrativo da presidência seja designado como o responsável pelo planejamento estratégico de cada tribunal;
- Sugeriram convidar as assessorias de comunicação dos tribunais para auxiliar na montagem de um plano de comunicação do planejamento estratégico. Para isso, a Diretora do Departamento de Gestão Estratégica informou que conversou com o Secretário de Comunicação do CNJ para criação de um plano de comunicação da Estratégia Nacional e da importância do planejamento

